

COGNITIO JURIS – Vol. 13, No. 48 – Julho 2023

Os artigos publicados neste número estão relacionados abaixo, organizados em ordem alfabética.

Cognitio Juris

Volume 13 – Número 48 – Julho de 2023

ISSN 2236-3009

DADOS PARA CATALOGAÇÃO:

COGNITIO JURIS - VOLUME 13, NÚMERO 48, JULHO DE 2023:

NORAT, Markus Samuel Leite (Editor). **Cognitio Juris**, João Pessoa, Volume 13, nº 48, p. 01 – 539, Julho de 2023. Disponível em: <https://cognitiojuris.com.br/cognitio-juris-48a-edicao/> . Acesso em xx de xxxxx de xxxx.

COMO CITAR OS ARTIGOS PUBLICADOS NA COGNITIO JURIS, VOL. 13, N. 48, JULHO DE 2023:

ÚLTIMO SOBRENOME DO AUTOR, Primeiro nome do autor (se houver mais de um autor, colocar ponto e vírgula “;” entre eles). Título do artigo. **Cognitio Juris**, João Pessoa, Volume 13, nº 48, p. (página inicial e página final do artigo), Julho de 2023. Disponível em: (endereço URL da página do artigo) . Acesso em xx de xxxxx de xxxx.



Cataratas do Iguaçu - Parque Nacional do Iguaçu

Paraná, Brasil / Misiones, Argentina

APRESENTAÇÃO

Com grande satisfação, anunciamos a publicação do quadragésimo oitavo número da Revista Cognitio Juris, mais uma valiosa contribuição ao acervo acadêmico e científico.

A Cognitio Juris, notoriamente admirada por sua abordagem abrangente e eclética de assuntos relacionados ao direito e áreas afins, reforça nesta edição seu compromisso com a disseminação de conhecimento relevante. Com um vasto leque de temas, que englobam Biodireito, Direito Ambiental, Direito Constitucional, Direito Internacional, Direito do Consumidor, Filosofia, Sociologia e Serviço Social, a revista procura, por meio de cada artigo científico apresentado, enriquecer o entendimento interdisciplinar e multidisciplinar, atual e

aplicável, afinado às transformações mais prementes da sociedade atual. O objetivo central é municiar os leitores com insights cruciais para a resolução de conflitos que afetam a harmonia social.

Vivemos numa era onde a informação se propaga de forma acelerada através dos canais digitais. Entretanto, apesar da vastidão de informações disponíveis, é crucial reconhecer que nem todas são úteis e transmutáveis em conhecimento prático. Neste contexto, urge a necessidade de reavaliar determinados preceitos e evoluir para uma “sociedade do conhecimento”.

A educação é peça-chave nessa evolução social, sendo um veículo efetivo para melhoria da qualidade de vida de cada indivíduo. Assim, a disponibilização gratuita de conhecimento científico é uma estratégia vital. Neste cenário, a Cognitio Juris ocupa uma posição significativa, atuando como uma força motriz para a mudança e o aperfeiçoamento do mundo em que habitamos.

Desejamos a todos os leitores uma leitura produtiva e edificante.

Markus Samuel Leite Norat

Membro-Diretor Geral, Científico e Editorial

SUMÁRIO

Sobre a Revista - Páginas 011 - 012

Conselho Científico - Páginas 013 - 034

Diretrizes - Páginas 035 - 037

Enviar Artigos - Página 038

Apresentação - Páginas 039 - 040

ARTIGOS

A EFETIVIDADE NA IMPLANTAÇÃO DO JUÍZ DAS GARANTIAS PARA ASSEGURAR UM PROCESSO PENAL BRASILEIRO IMPARCIAL

Patricia Macier dos Santos; Bruno Leite da Silva - Páginas 041 - 057

A EFICÁCIA DA LEI MENINO BERNARDO

Anna Kariny de Almeida Teixeira; Andréia Ayres - Páginas 058 - 077

A ESCOLHA DO PRÓXIMO MINISTRO DO STF: ANÁLISE CONSTITUCIONAL E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO

Edinaldo Inocêncio Ferreira Júnior - Páginas 078 - 093

A JUSTIÇA ELEITORAL E O COMBATE AS FAKE NEWS

Edinaldo Inocencio Ferreira Junior - Páginas 094 - 107

A LICITUDE DA IMPORTAÇÃO DE MERCADORIAS ENVOLVENDO ESTABELECIMENTOS DO MESMO TITULAR E O SUJEITO ATIVO DO ICMS

José Orivaldo Peres Júnior; Juliano Di Pietro - Páginas 108 - 131

A MUNICIPALIZAÇÃO DA DEFESA DO CONSUMIDOR

Gabrielle Vilanova dos Santos; Liliane de Moura Borges - Páginas 132 - 154

A PRISÃO CIVIL COMO MEDIDA ATÍPICA À EFETIVAÇÃO DAS TUTELAS PROVISÓRIAS: UMA ANÁLISE DA DOCTRINA

Ana Lúcia Macéa Ortigosa; Gabriela Campos dos Reis - Páginas 155 - 176

AS CONSEQUÊNCIAS AMBIENTAIS CAUSADAS POR ESPÉCIES EXÓTICAS INVASORAS

Márcia Cristina Pimentel Ribeiro; Lívia Helena Tonella - Páginas 177 - 200

ALIENAÇÃO PARENTAL: UM OLHAR ACERCA DA RESPONSABILIDADE CIVIL

Felipe Vinícius Dias dos Santos; Jefferson Rodrigues Marinho; Ihgor Jean Rego – Páginas 201 – 224

APONTAMENTOS SOBRE PROCESSO COLETIVO NO ÂMBITO DA LGPD

João Paulo Carrara – Páginas 225 – 258

AUTONOMIA DA PACIENTE E LIBERDADE PROFISSIONAL DURANTE O TRABALHO DE PARTO

Luiz Cordeiro Mergulhão Silva; Joseval Martins Viana – Páginas 259 – 282

COMENTÁRIOS ACERCA DO TRABALHO INFANTIL NO TOCANTINS

Mauro Bruno Sousa Resplandes; Andreia Ayres Gabardo da Rosa – Páginas 283 – 298

CONTROLE DE CONVENCIONALIDADE E O CASO DA PRISÃO CIVIL DO DEPOSITÁRIO INFIEL NO BRASIL: OUTRA PERSPECTIVA

Túlio Macedo Rosa e Silva; Ruan Patrick Teixeira da Costa – Páginas 299 – 319

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO REGIDO PELOS PRINCÍPIOS DO ESG (MEIO AMBIENTE, SOCIAL E GOVERNANÇA) E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Adriano Ferreira; Rebeca Cruz Lisboa; Roselma Coelho Santana; Verônica Maria Félix da Silva – Páginas 320 – 335

DIREITOS FUNDAMENTAIS E RELAÇÕES PRIVADAS: CONSIDERAÇÕES SOBRE A EFICÁCIA HORIZONTAL DOS DIREITOS SOCIAIS

Guilherme Barcelos Machado Lopes – Páginas 336 – 351

MUNICIPALIZAÇÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA: A ATUAÇÃO DA GUARDA MUNICIPAL NA JURISPRUDÊNCIA DO STF E STJ

Edinaldo Inocêncio Ferreira Júnior – Páginas 352 – 364

NORMA ISENTIVA E A INTERPRETAÇÃO RESTRITIVA SOB O ASPECTO PRAGMÁTICO

José Orivaldo Peres Júnior; Argos Campos Ribeiro Simões – Páginas 365 – 384

O ENSINO DO DIREITO PARA ALÉM DA AULA EXPOSITIVA

Geovanna Carvalho Parede – Páginas 385 – 403

O TELETRABALHO E A MULHER

Luciana Barcellos Slosbergas – Páginas 404 – 436

OS CRIMES DE PERIGO ABSTRATO COMO EFEITO DA EXPANSÃO DO DIREITO PENAL

Thales Messias dos Santos – Páginas 437 – 456

**OS PATROCÍNIOS DE EMPRESAS ESTATAIS A ARTISTAS NO ESPORTE E NA CULTURA:
UMA PONDERAÇÃO ENTRE O INTERESSE PÚBLICO E PRIVADO**

Allan Thiago Barbosa Arakaki – Páginas 457 – 483

**POTENCIALIZANDO LUCROS: A SINERGIA ENTRE CONTABILIDADE DE CUSTOS E A
GESTÃO ESTRATÉGICA**

Dayane Andrade da Silva – Páginas 484 – 498

**SCORE DE CRÉDITO E O ALGORITMO (INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL) UTILIZADO PELAS
INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS: IMPACTO, RESPONSABILIDADES E DISCRIMINAÇÕES**

Rafael Paraguassu de Oliveira – Páginas 499 – 517

SÍNDROME DA MULHER DE POTIFAR À LUZ DO ORDENAMENTO JURÍDICO

Cristiele de Carvalho Bezerra; Israel Andrade Alves – Páginas 518 – 539